

RECUPERAÇÃO DE NASCENTES EM ÁREAS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO SUDOESTE DE GOIÁS

Roberto de Oliveira Souzaⁱ
Raquel Maria de Oliveiraii
Jordana Rezende Souza Limaⁱⁱⁱ
Mainara da Costa Benincá^{iv}
Wilson Sousa Queiroz Junior^{vi}

ⁱMestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: robertobio1@hotmail.com.

ⁱⁱDoutora em Geociências e Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás- Campus Jataí – E-mail: raquelmo.oliveira@gmail.com

ⁱⁱⁱMestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: jojossouzalima@hotmail.com.

^{iv}Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: mainaracosta@gmail.com.

^{vi}Graduando do Programa de Bacharelado em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: jr_jti@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A vegetação exerce várias funções ao ambiente e ao homem, tais como: proteção do solo, regulação do microclima e dos regimes hídricos, com ênfase na manutenção das nascentes, dentre outros. No entanto, a conversão dos espaços naturais em espaços produzidos, visando satisfazer o mercado financeiro e atender aos interesses políticos no processo de ocupação do território brasileiro, acarretou a destruição desses ecossistemas.

A substituição da vegetação natural perene por culturas temporárias modificou a proteção do solo, somado a redução da biodiversidade substituída por espécies vegetais exóticas, especialmente por monocultura que geraram danos ambientais irreparáveis, com efeito direto na perda da quantidade e qualidade dos mananciais hídricos.

A vegetação das margens dos rios (mata ciliar), bem como a vegetação do entorno de nascentes, são muito importantes, pois evita o desbarrancamento das margens e o assoreamento dos cursos de água. Estas áreas são consideradas de preservação permanente – APPs - pelo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 4.771/65, art. 2º, alíneas a e b).

Mesmo sendo protegidas por lei, estas áreas naturais estão sendo transformadas pelo homem ao longo dos anos, com a retirada da madeira, práticas agrícolas, pastagens, e crescente urbanização. O desmatamento é a principal causa da redução das áreas verdes para a exploração da agricultura e da agropecuária.

No sudoeste de Goiás, onde originariamente se distribuía o Bioma Cerrado, a questão do desmatamento é muito grave, pois as monoculturas praticadas exigem áreas cada vez maiores, suprimindo os últimos fragmentos deste bioma.

A política de integração nacional dos anos 70 (Ab'Sáber, 1970), baseada nos incentivos aos grandes projetos agropecuários e extrativistas, além de investimentos de infra-estrutura, estradas e hidroelétricas, houve a expansão agrícola, acelerou a redução do Bioma Cerrado e a destruição dos ecossistemas ripários no Brasil central, em prol das imensas lavouras de grãos.

A utilização das técnicas da agricultura convencional nas áreas de cerrado, responde pelo uso de moderna mecanização, insumos agrícolas diversificados e grande investimento de capital financeiro (Cunha, 1997; Shiki, 1997), fato este que aumenta a preocupação com a manutenção dos poucos fragmentos de cerrado que ainda existem.

Somando ao fato da exploração do solo do cerrado pelo agronegócio, deve ser considerada a questão pela posse da terra (Reforma Agrária), onde terras devolutas são distribuídas aos pequenos agricultores, na maioria das vezes com problemas de ordem socioeconômicos e ambientais, representando entraves para que o assentado possa trabalhar a terra. Esta é uma antiga questão que faz parte da história agrícola do Brasil, segundo Silva (2004).

O projeto de reforma agrária, ao fazer a distribuição das propriedades, não considera as condições ambientais dos lotes, ignorando as futuras dificuldades que serão enfrentadas pelos agricultores para o estabelecimento das atividades agrícolas e/o pastoris. E, muitas vezes, os lotes apresentam solos degradados, ausência de vegetação, rios assoreados e nascentes comprometidas, o que dificulta a produção e a melhoria da qualidade de vida do assentado.

Este fato deve ser discutido à luz da problemática ambiental, em busca de alternativas para mitigar os problemas gerados por tais circunstâncias, no entanto a problemática ambiental nas áreas utilizadas na reforma agrária é pouco explorada. Neste

sentido, Alentejano (2004) afirma que a interface da estrutura da propriedade da terra com a problemática ambiental é uma das temáticas mais recentes e importantes no debate sobre a realização da reforma agrária no Brasil.

Diante desta questão, torna-se importante, ações que leve ao apoio logístico aos assentados na solução dos problemas ambientais existentes em assentamentos já estabelecidos. Assim, este estudo se propõe a dialogar e trocar experiências com os agricultores assentados sobre a importância da recuperação e conservação ambiental das nascentes, levando-os a considerar não só a questão ecológica, como também a própria sobrevivência das atividades agrícolas que mantêm a subsistência econômica dos lotes.

Considerando a problemática ambiental em áreas de assentamentos, em especial, a degradação de nascentes, este estudo se justifica pelos benefícios futuros que poderão ser adquiridos a partir dos procedimentos de recuperação das nascentes em dois assentamentos de reforma agrária no sudoeste de Goiás, a saber: Santa Rita (Jataí) e Três Pontes (Perolândia), ambos no sudoeste de Goiás, que ocasionará provável aumento da vazão das nascentes, estimulando a comunidade assentada a prática de conservação ambiental, que poderá servir como modelo para outras comunidades rurais presentes na região.

1.3.1. OBJETIVO

Desenvolver metodologia participativa com as comunidades assentadas no sudoeste de Goiás para recuperar nascentes presentes nas áreas dos assentamentos.

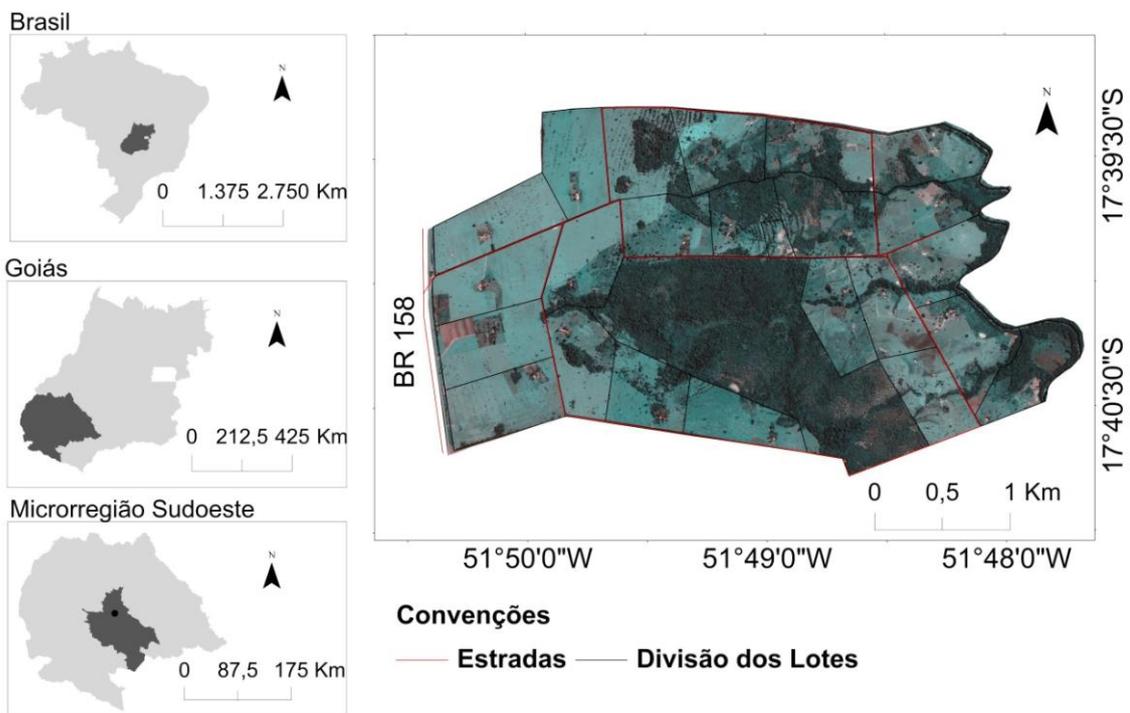
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear e Caracterizar as áreas das nascentes dos assentamentos escolhidos;
- Trocar experiências com as comunidades assentadas sobre a questão ambiental e sobre a importância das ações conjuntas para recuperação das nascentes;
- Estabelecer ações para recuperar e/ou proteger a vegetação arbórea das nascentes dos cursos d'água, orientando as formas adequadas na escolha de espécies nativas e o plantio de mudas e sementes.

2. METODOLOGIA

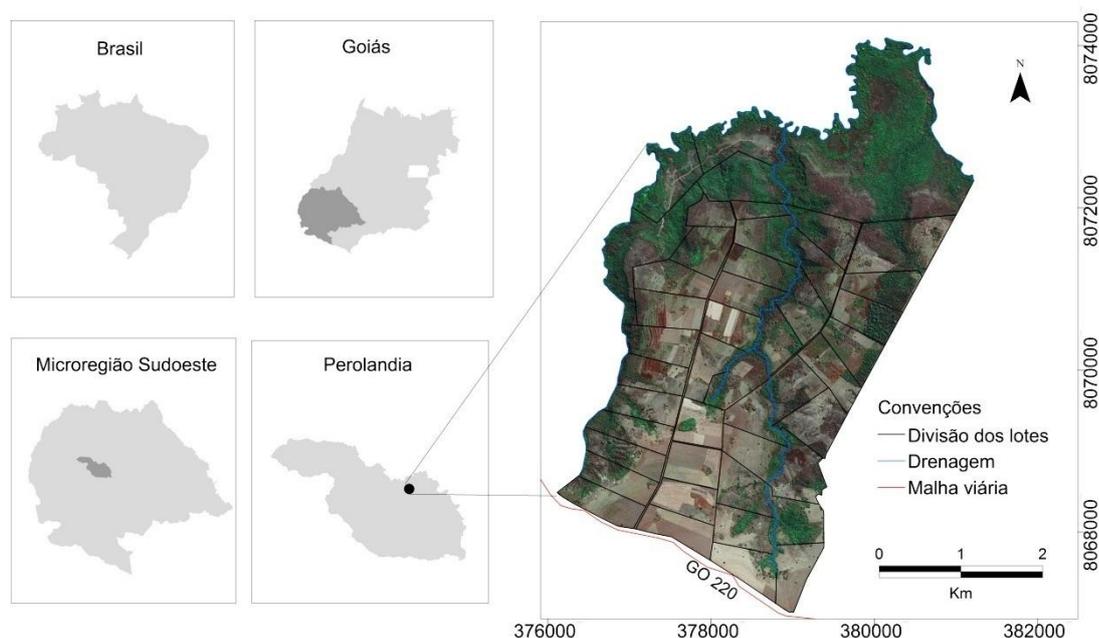
A área de estudo é composta pelos Assentamentos Santa Rita (Mapa 01) e Três Pontes (Mapa 02), os quais vêm sendo utilizados para produção de alimentos derivados de culturas anuais como feijão, milho e arroz bem como para a criação de animais (gado e aves) em pequena escala.

MAPA 01. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA RITA



Fonte: Adaptado da Imagem GeoEye(1B2G3R), janeiro de 2011, resolução 2 m.
Autor: QUEIROZ JÚNIOR, v, s, 2011

MAPA 02. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TRÊS PONTES



Projeção UTM – Zona 22 S. Datum: WGS84.
Fonte: GeoEye 1 (1B2G3R), agosto de 2011, resolução 2m.
Autor: QUEIROZ JÚNIOR, v, s, 2012

Este estudo está sendo desenvolvido a partir do mapeamento e caracterização ambiental da área de estudo e da realização de oficinas para dialogar com a comunidade assentada sobre questões de conservação ambiental, com ênfase na vegetação e nos recursos hídricos, destacando a degradação de APP, além de oferecer orientação de técnicas de recuperação.

Os mapas de caracterização ambiental das áreas dos assentamentos estão sendo elaborados com o uso de imagens de satélites Ikonos 2010 e 2011. As áreas degradadas serão pontuadas a partir de da interpretação das imagens de satélite e do trabalho de campo nos dois assentamentos. Como material de apoio na coleta está sendo utilizados: caderneta de campo; máquinas fotográficas e GPS. A partir da elaboração dos mapas de uso da terra, será possível fazer a quantificação das áreas de APPs.

Após a caracterização e identificação do tipo e intensidade de degradação das nascentes, bem como do treinamento dos assentados, técnicas de recuperação das áreas

degradadas que serão utilizadas, incluindo a seleção de mudas e sementes de espécies nativas para a revegetação das APPs.

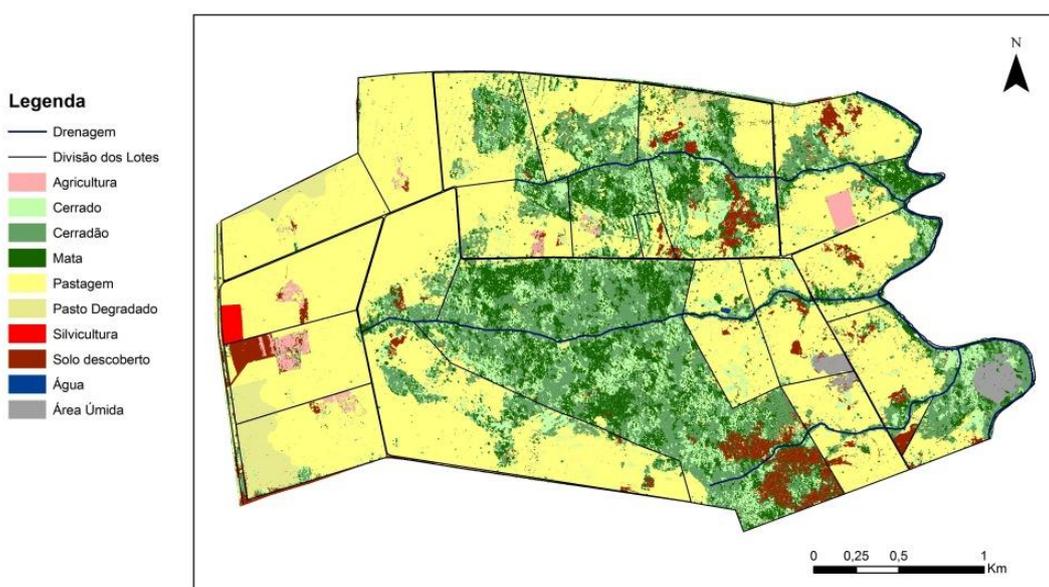
As ações de recuperação de áreas de nascentes deverão considerar o tamanho dos lotes, pois estes, em alguns casos, possuem área produtiva dentro dos limites legais da APP. Também deverão ser consideradas as seguintes questões: cultural, econômica, localização, espaço físico e geográfico, topografia e tipo de produção desenvolvida nas áreas dos assentamentos.

5. RESULTADOS PARCIAIS

O assentamento conta com uma área de 968 hectares, distribuídos em 23 lotes, com área média de 38,7 hectares. Possui uma área comunitária de aproximadamente 12 hectares e área de reserva legal também comunitária de 195 hectares.

A principal atividade econômica dos produtores é a pecuária leiteira, seguido de alguns cultivos (Figura 03). Este assentamento apresenta características de agricultura familiar, tais como: mão de obra familiar, pequenas propriedades, com produção agropecuária destinada à subsistência da família e as relações de trabalho são mantidas e pelo núcleo familiar.

MAPA 03. MAPA DE USO DA TERRA - PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA RITA



Autor: QUEIROZ JÚNIOR, v, s, 2011

Foram entrevistados 21 agricultores assentados no Assentamento Santa Rita. De acordo com as respostas obtidas o processo erosivo foi citado por 10% dos assentados como um problema ambiental, que podem gerar perda financeira. Em geral os lotes onde ocorre este tipo de problema trabalham com a pecuária, e o problema está sendo gerado pelo pisoteio do gado, somado a outras questões. Os problemas com erosão em seus lotes foi indicado por 52% dos assentados. A maior dificuldade causada por este problema é o comprometimento de áreas, pois os lotes são pequenos, e qualquer área que seja tomada por erosão, mesmo parecendo pequena diminui a produção do lote.

A importância da APP é conhecida por todos eles, porém seu desmatamento foi relatado como um problema por apenas 29%, e 71%, ignora o significado ambiental e econômico do desmatamento. Deve se ressaltar que alguns dos assentados que relataram o desmatamento da APP como um problema ambiental, passaram a ter essa visão após terem sido multados por diversas vezes.

É válido ressaltar que, dos 10% dos entrevistados que consideram o desmatamento das nascentes como problema, esses só passaram a entender a questão após terem sofrido ou estarem sofrendo as consequências da perda da quantidade e qualidade da água, pois, como relatado, sofreram com o período de estiagem no ano de 2010, onde houve uma grande diminuição da vazão dos cursos d'água presentes na área do assentamento.

Espera-se estabelecer um bom nível de sensibilização nas comunidades assentadas sobre a importância da conservação ambiental das nascentes, a partir das oficinas e do desenvolvimento das próprias ações de recuperação desenvolvida em conjunto com estas comunidades. Espera-se realizar o isolamento, controle de erosão e revegetação de todas as nascentes das áreas dos três assentamentos escolhidos como área de estudo.

A necessidade de uma sensibilização das famílias no PASR sobre as questões ambientais é algo urgente, e deve ser feita de modo participativo respeitando os conhecimentos que eles possuem e os desejos que trazem consigo, considerando que o desconhecimento sobre essas questões leva não somente ao prejuízo ambiental, como também socioeconômico de toda comunidade integrante do assentamento analisado.

6. Referências

AB´SABER, A.N. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil.** *Geomorfologia, São Paulo*, n.20, 1970.

ALENTEJANO, P. R. R. **Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro.** In: ASCELRAD, Henri (org). *Conflito social no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.151-177.

CUNHA, G. **Plantio direto.** 39 ed. São Paulo: Saraiva, 1997. P. 28.

SHIKI, S., Silva, J.G., ORTEGA, A.C. (Orgs.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado Brasileiro.** Uberlândia: EMBRAPA/CNPAMA, 1997.p. 257-266.

SILVA, C. M. **Agricultura alternativa e sustentabilidade: o caso do Aassentamento Novas Vidas em Ocara, Ceará.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004
